

APORTES y Transferencias



II Congreso Latinoamericano Montevideo 2010

Investigación Turística

Reflexiones y Contribuciones

Centro de Investigaciones Turísticas
Facultad de Ciencias Económicas y Sociales
Universidad Nacional de Mar del Plata

TIEMPO LIBRE Turismo y Recreación

Año 14

Volumen 1

2010

Mar del Plata

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E A SUSTENTABILIDADE DO TURISMO

Andrea Rabinovici
Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba
andrea@physis.org.br

Resumo

Neste estudo, derivado de tese de doutorado, discutimos intervenções das ONGs em comunidades turísticas. Refletimos sobre aspectos da participação, conflitos socioambientais e inclusão social que ocorrem nas comunidades e nas APs onde há turismo realizado por ONGs. As ONGs seriam catalisadoras de ações em prol da conservação ambiental, por geralmente atuarem de forma representativa, democrática e participativa (RABINOVICI; FERREIRA, 2008). Há o ideal de transformar as populações locais em sujeitos atuantes e inseridos na construção de pactos sociais e políticos. Exemplos estudados evidenciam o empenho das ONGs em contribuir com a busca da sustentabilidade no turismo. A realidade observada nos mostra que o turismo e o mau uso dos processos participativos, podem ser ameaça e risco, ao invés de oportunidade. As ONGs ocupam papéis contraditórios nos projetos: buscam colaborar, mas, por vezes, acirram os conflitos já existentes, criam novas demandas e, com isso promovem retrocessos que podem ser complicados para comunidades e APs.

Palavras chave: Organizações Não Governamentais (ONGs) - turismo - sustentabilidade - participação - áreas protegidas.

Abstract

In this study, derived from a doctoral thesis are discusses the interventions of NGOs in tourism communities. Reflect on aspects of participation, social inclusion and social and environmental conflicts that occur in communities and access points where tourism is carried out by nongovernmental organizations would be catalysts for action in support of conservation environment, usually acting in a representative, democratic and participatory way. (Rabinovici, FERREIRA, 2008). is the ideal transforming the local people and acting subjects included in the construction of social and political pacts. Examples studies show the commitment of NGOs to contribute sustainability in tourism. The observed reality shows that tourism and the misuse of participatory process, can be a threat and a risk rather than an opportunity. NGOs play a contradictory role in the projects: get help, but sometimes causes conflicts that already exist, create new demands and promote misunderstandings can be difficult for communities and access points.

Key Words Nongovernmental organizations - Tourism - sustainability - participation - protected areas.

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E A SUSTENTABILIDADE DO TURISMO

I. INTRODUÇÃO: AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E O TURISMO

No Brasil temos exemplos interessantes de Organizações Não Governamentais (ONGs) que atuam com projetos de turismo. Um caminho percorrido repleto de ações, mas nenhuma delas, mesmo a mais bem sucedida, pode se orgulhar de ter alcançado plenamente seus próprios objetivos e metas e, ser inovadora diante do *status quo*. Aqui aproveitamos para propor algumas reflexões questionando os objetivos iniciais, as estratégias das ONGs¹ em torno da experiência acumulada por algumas delas desde o final dos anos de 1980 no campo do turismo, tendo como base estudos da tese “Organizações Não Governamentais e Turismo Sustentável: trilhando conceitos de participação e conflitos” de minha autoria e orientada por Lucia da Costa Ferreira².

Turismo e ONGs são geralmente vistos pelas comunidades e sociedade em geral como salvadores, ambos prometem, de alguma forma, alternativas de mudança das realidades dentro das quais se inserem. Prometem alternativas de renda, de sobrevivência, de intercâmbio e aprendizado social, de empoderamento comunitário e diminuição de conflitos sociais. No caso do turismo e das ONGs que lidam com as questões ambientais, mais ainda, propõe-se à melhoria da qualidade ambiental, recuperação de áreas desmatadas, diminuição de impactos negativos sobre o meio ambiente entre outros. No entanto, são vários os exemplos que contradizem que o turismo e as ONGs, seriam a salvação para as comunidades em localidades com atrativos naturais. A realidade observada, nas comunidades que tem programas de desenvolvimento turístico, nos mostra que, sob diversos aspectos, o turismo e o mau uso dos processos participativos podem ser ameaça e risco, ao invés de oportunidade, do ponto de vista social, laboral e ecológico (RABINOVICI, 2008a).

Assim, constata-se que o turismo que se pretende sustentável e a ideia de participação são caminhos e pressupostos para a busca da qualidade de vida e eles orientam a prática dos princípios da sustentabilidade ambiental propagados e perseguidos pelas ONGs e por demais atores. Porém, as experiências concretas estudadas por Rabinovici (2009)³ demonstram que, para ser bem sucedido, além de seguir os passos recomendados à participação de fato, os projetos de turismo propostos por ONGs ainda têm que ser repensados em suas concepções e estratégias. Isto para não cair no limite apontado por Rahnema (1992) no qual a ideologização e o ideal predefinido de mudanças são tidos como motivadores das parcerias. Muitas ONGs se enquadram nessa perspectiva, o que é visível nos seus projetos iniciais que já determinam onde querem chegar, o que alcançar, com qual prazo, estratégias e parcerias, antes de dialogar com as comunidades-alvo.

Outro aspecto crucial que limita a investida das ONGs no campo do turismo, é o aprisionamento

¹ Ressaltando sempre a heterogeneidade das ONGs e a dificuldade de se generalizar quaisquer coisas sobre elas por conta de suas diferenças.

² RABINOVICI, Andrea. Organizações Não Governamentais e Turismo Sustentável: trilhando conceitos de participação e conflitos. 2009. 340 p. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) - NEPAM – UNICAMP, Campinas, SP. Esta tese pode ser consultada em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000465869>

³ As experiências das ONGs estudadas foram: Conservação Internacional- Br (CI-Br); Instituto Vitae Civilis (VC); Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM); Instituto Terramar e Amigos da Prainha do Canto Verde; Projeto Bagagem (PB); Instituto Peabiru (Peabiru); *World Wildlife Fund* (WWF) – Brasil; e Associação de Silves para Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC).

de todas as experiências propostas e realizadas à lógica mercadológica, capitalista. À medida que esta racionalidade impregna as propostas e objetivos das ONGs e até os sonhos das comunidades, pouco se pode alcançar em termos de avanços e conquistas, especialmente no que tange à inovação.

Portanto, antes de se autodeclarar participativo, parceiro e optar pelas ferramentas, o próprio conceito de participação precisa ser amadurecido por todos os atores sociais envolvidos. As ONGs ocupam papéis contraditórios nos projetos: buscam colaborar, mas, por vezes, acirram os conflitos já existentes, criam novas demandas e, com isso podem promover retrocessos extremamente complicados para as comunidades.

West, Igoe e Brockington (2006) ao estudarem os impactos sociais, materiais e simbólicos das Áreas Protegidas (APs) sob os moradores dos seus entornos, afirmam que é decisiva a participação das ONGs nas transformações ocorridas. Estas mudanças são perceptíveis na reescrita da legislação restritiva das áreas protegidas em nível mundial, com as APs resignificando as formas das pessoas entenderem, experienciarem e usarem a natureza (a qual passa a ser chamada de meio ambiente) de forma separada da cultura, em uma nova cosmologia.

As ONGs também influenciam com seus discursos conservacionistas, os quais passam a permear o cotidiano local, podendo modificar as visões sobre meio ambiente por parte de alguns comunitários, o que, por sua vez, pode gerar inúmeros novos conflitos, na medida em que a apropriação dos discursos se dá de forma diferenciada por membros da comunidade, inclusive em função de sua sobrevivência. Esta nova apropriação do discurso conservacionista por uma parcela da comunidade passa a conflitar com outros discursos e práticas já arraigados por aqueles que mantêm atividades de caça e extração, e que passam a ser criminalizados pelas próprias comunidades.

Para West, Igoe e Brockington (2006) as ONGs que apoiam as estratégias mais comuns de conservação, tais como a implantação de APs, pioram os conflitos entre os grupos sociais locais, mudam práticas sociais, atribuem novos papéis às comunidades transformadas em atores sociais e provocam novos conflitos de gênero. O ecoturismo para eles é uma atividade conectada e simbiótica às APs. Segundo os autores, o ecoturismo trabalha para criar imagens simplistas da população local e dos seus usos e compreensões do ambiente. Tal raciocínio pode ser ampliado, em vários casos, para servir aos técnicos das ONGs ambientalistas. Mas vamos começar do início: o envolvimento das ONGs ambientalistas com o turismo.

II. HISTÓRICO DO RECONHECIMENTO DAS ONGS COMO ATORES SOCIAIS E POLÍTICOS ATUANTES COM TURISMO

Especificamente o turismo conhecido como sustentável, ou ecoturismo (termo mais popular) foi fortemente impulsionado a partir da IIª Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Rio-92). A Rio-92 popularizou as ONGs e o discurso sobre a conservação e desenvolvimento sustentável os quais foram fundamentais para serem abraçados pelos ambientalistas sob a justificativa de que o turismo pode ser um grande propulsor da operacionalização pragmática deste discurso, reconhecido como instrumento de conservação da natureza nos vários documentos globais, estando atrelado aos paradigmas ambientais de promoção da diversidade, de integração entre povos e sustentabilidade.

Grandes expectativas foram depositadas na atividade que passou a ser operacionalizada por vários

atores sociais distintos: ambientalistas, empresários, sociedade civil e até educadores ambientais que viam o turismo como uma ferramenta de educação ambiental.

Com diferentes definições, propostas e práticas provenientes de empresas privadas e dos órgãos governamentais, o turismo sustentável inicialmente se configurou como um turismo convencional, porém esverdeado e cheio de contradições e incoerências, bastante questionável eticamente em um contexto de demanda, expectativas e crescente popularização, enquanto atividade comercial e conservacionista.

Na década de 1990 as ONGs passam a se interessar pela atividade, participar em todos os fóruns dedicados à temática e a chamarem pra si responsabilidades e atividades de ecoturismo, conquistando crescente espaço entre os demais atores sociais e políticos envolvidos.

Em 1996 a Organização Mundial do Turismo (OMT), o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC) e o Conselho da Terra divulgaram a *Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo* passaram a enfatizar e recomendar a necessidade de se formatar parcerias entre os três setores envolvidos com a questão turística.

Nestes documentos oficiais nacionais e internacionais as ONGs têm papel preponderante, seja em conjunto com o Estado e a iniciativa privada ou separadamente, visando à conservação da bio e sociodiversidade, com participação e envolvimento em várias estratégias. Entre estas, destacam-se: envolvimento na proteção da natureza e da cultura de comunidades locais; controle da qualidade das atividades ecoturísticas; captação de recursos e financiamento; educação ambiental e sensibilização dos envolvidos; intercâmbio de informações entre atores locais, regionais e globais; elaboração de diretrizes e de diagnósticos; capacitação e apoio à participação comunitária; na pesquisa e difusão de conceitos, métodos e técnicas; cogestão e apoio às APs e até com a operação da atividade⁴.

A presença das ONGs no desenvolvimento responsável do turismo foi corroborada no *Acordo de Mohonk sobre Turismo Sustentável* (2000), no qual se afirma que todas as ações dependem necessariamente da participação da sociedade civil, especialmente a representada pelas ONGs.

A *Declaração de Québec* (2002), traz recomendações específicas para as ONGs que atuam com o tema, legitimando-as como atores significativos. Tal documento apresenta uma seção inteira sobre as ONGs, repetindo inúmeras vezes a necessidade de parcerias e da colaboração destas entidades. Este documento, oficializado em Johannesburgo, na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), e que se constituiu em um elemento norteador das políticas internacionais para os próximos dez anos, foi elaborado por especialistas em turismo, incluindo entre eles membros de ONGs ambientalistas, algumas especializadas em turismo.

Há no Brasil desde meados dos anos de 1990, certo investimento dos órgãos públicos para desenvolver o turismo responsável, ao incluírem-no como meta nas agendas políticas. Estas metas, diretrizes e ações aparecem detalhadas em vários documentos, entre os quais se destacam: *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo* (1994), *Diretrizes para a Política Estadual de Ecoturismo- SP* (1997), *Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal*

⁴ Para maior detalhamento a respeito da contribuição das ONGs para o ecoturismo ver: RABINOVICI; LAVINI (2005).

(PROECOTUR) (1999) e os *Polos de Ecoturismo do Brasil* (1998).

As iniciativas governamentais costumam ser pouco frequentes e descontínuas. Muitas vezes se resumem a colocar no papel diretrizes e projetos visando à sustentabilidade do segmento, com a implementação das iniciativas, geralmente pelas ONGs, já que paralelamente há um mercado ecoturístico se expandindo, sem uma discussão mais abrangente envolvendo seus diversos atores sociais (SERRANO, 2005). Essa pouca influência de políticas públicas e iniciativas privadas para a área conduz à participação de ONGs no setor, que passam a ter importância crucial no seu desenvolvimento, integrando os princípios e recomendações a práticas realmente sustentáveis de turismo (LAVINI, 2002).

A ONG transnacional pioneira na atuação com turismo no Brasil foi o WWF-Br, que em 1971, iniciou suas ações com turismo, seguido por outras ONGs.

As ONGs passam a ser vistas como catalisadoras de ações em prol da conservação ambiental. Passou-se a esperar das ONGs uma atuação democrática e participativa, que são preceitos norteadores das ações em conjunto com as comunidades locais na gestão do turismo, aceitando-as como participantes e interlocutoras desta gestão, desde o início dos trabalhos, e não somente legitimando-os após sua implementação (RABINOVICI; FERREIRA, 2008).

Esta ligação entre ONGs e turismo continua forte, e, como indícios pode se ter os dois últimos Congressos Nacionais de Ecoturismo (CONECOTUR) e os dois últimos Encontros Interdisciplinares de Ecoturismo em Unidades de Conservação (EcoUC) todos organizados por ONGs e tendo forte presença delas nos eventos. Ressalta-se que no último evento, no Espírito Santo, em 2009, foi oficializada a criação da Sociedade Brasileira de Ecoturismo, a qual edita a Revista Brasileira de Ecoturismo que foi composta por muitos membros de ONGs, tendo também a presença de membros do governo e de universidades.

Desse início de trabalhos em parceria entre ONGs e comunidade é que será possível algum sucesso ou resistência, por parte dos comunitários, aos projetos. A resistência geralmente é observada após o início das atividades, ou, antes quando há histórico de outras promessas não cumpridas por parte de ONGs do projeto em tela ou, outros anteriores de outras entidades.

Há sempre o ideal de se transformar as populações locais em sujeitos atuantes e inseridas na construção de pactos sociais e políticos. Nestes, a conservação dos recursos naturais pelas comunidades, investimentos em qualificação profissional para a gestão deles, inserção no mundo global, acesso a bens econômicos e culturais e o fortalecimento de identidades entre outras, seriam questões cruciais a serem atingidas, saindo do plano discursivo e complexo por definição.

III. AS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DAS ONGS AMBIENTALISTAS PARA A SUSTENTABILIDADE DO TURISMO

São várias as contribuições das ONGs para o turismo apontadas nos diversos documentos. Segundo Rabinovici e Lavini (2005) e Rabinovici (2009). Geralmente remetem à: a) Proteção da natureza e da cultura local; b) Educação ambiental e sensibilização dos turistas e comunitários; c) Cooperação com os setores públicos e privados que desenvolvem atividades em APs e de alta biodiversidade; d) Integração das comunidades locais no planejamento das atividades, através

de um planejamento representativo e participativo; e) Incentivo à integração e colaboração entre os vários agentes participantes da atividade; f) Pesquisa sobre impactos, com posterior geração e difusão de informações; g) Capacitação de organizações e comunidades locais e apoio à participação comunitária; h) Desenvolvimento de mecanismos para obtenção de recursos que possibilitem a perpetuação das políticas e planos desenvolvidos; i) Controle da qualidade da operação e certificação; j) Elaboração de diretrizes e de diagnósticos; k) Cogestão e apoio às APs através de seu desenvolvimento econômico; l) Criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) com potencial para influenciar a decisão de se implantar novas APs no seu entorno; m) Intercâmbio de informações entre atores de projetos locais, regionais e globais e, n) Inovações, reflexões, tendências, questionamentos para a área de turismo em geral.

As parcerias, de todos os tipos, são fundamentais para atingir os ideais de sustentabilidade no turismo e os pressupostos do ecoturismo e, para as ONGs, representam um desafio constante (RABINOVICI; LAVINI, 2005). Porém, essas parcerias e a legitimidade são questionáveis sob o aspecto democrático e participativo.

Estas atividades todas, quando colocadas em prática, promovem enorme aprendizado coletivo, fundamental para a viabilidade da sustentabilidade e da consecução dos objetivos propostos. As redes têm sido intensamente aproveitadas pelas ONGs e projetos de turismo espalhados por todos os países.

Talvez a maior contribuição esteja na novas reflexões, tendências e filosofias que são propostas e exercitadas por algumas ONGs. Diferentemente de buscar agregar valor ou diferenciação no mercado do turismo, elas podem inovar, arriscar-se em direção a novos horizontes e propostas. Podem otimizar e realçar as experiências dos viajantes, dos anfitriões, devem repensar todos as mudanças e transformações sociais trazidas pela atividade turística, pelos contatos promovidos entre alteridades e, buscar alternativas de mitigação dos mesmos, seja na área ambiental, cultural, social ou econômica.

Há que se frisar que o ato de viajar pressupõe ao viajante sair da rotina, poder se distanciar do cotidiano, repensar o dia a dia e com isso tem potencial de provocar mudanças importantes e significativas no ambiente em que se vive. A viagem, quando potencializada com propostas de vivências diversas promovidas pelos organizadores, no caso as ONGs, com sua possibilidade de criar e testar novos métodos e propor novidades, cria tendências cujas propostas trazem ao segmento a possibilidade de inovar e de repensar a sociedade, os destinos, os costumes, a modernidade e têm potencial para ativar mudanças sociais, na medida em que são experimentadas e aceitas por várias pessoas, com poder de modificar sua realidade e a de seu entorno.

As questões ambientais, sendo o tema mais propagado desde o início do século XXI, têm despontado como uma importante questão para o turismo. No começo com a incorporação dos ditames e discursos da sustentabilidade e, depois com a necessidade ou até obrigatoriedade da incorporação dos seus ideários às suas diversas práticas, que vão desde a mudança dos combustíveis das aeronaves, a busca por roteiros mais próximos que minimizem seu uso, até a procura por destinos não poluídos ou ameaçados pelas mudanças climáticas.

A disponibilidade para a troca de experiências, ao diálogo, ao convívio social e com diferentes culturas, à disponibilidade de se pagar mais caro pelo que se supõe sustentável, até a possibilidade de convivência com a natureza e o descanso são outras questões levantadas. ONGs têm feito parcerias com empresas aéreas, de hospedagem, de agenciamento ou outras, para efetivar mudanças em suas políticas e práticas. Estão sendo trabalhados projetos para o inves-

timento em compensações ambientais, novos trajetos, revisão do consumo de combustível, de embalagens, de água, cuidados com o descarte de resíduos, plantio de árvores, modernização da frota e doação de dinheiro para institutos de pesquisas comprometidos com a busca de soluções para mitigar os tais impactos negativos relacionados a estas questões.

IV. EM QUE SENTIDO AS ONGS PRECISAM REFLETIR E MELHORAR SUA ATUAÇÃO EM PROL DA SUSTENTABILIDADE DE SUAS ATUAÇÕES COM TURISMO?

Ao frisarmos as contribuições possíveis e desejadas das ONGs ao turismo, sem maniqueísmos, devemos pensar que as ONGs também desencadeiam processos destrutivos, negativos ou simplesmente aguçadores de novos conflitos a serem enfrentados pelas comunidades, o elo mais fraco nesta relação.

A principal tensão começa, muitas vezes, quando as ONGs se colocam como agentes catalisadores de ações de conservação ambiental e assim oferecem seus projetos, arrecadam recursos financeiros e humanos e buscam parcerias. Consequência disso, muitas vezes é a desmobilização da comunidade que passa a depender da sua tutela, ou incorpora uma agenda diferente da original apostando em alternativas técnicas, sem sentido para elas. Alguns casos de comunidades com projetos de turismo implementados por ONGs estudados por Rabinovici (2009) confirmam a ocorrência do desmantelamento de iniciativas locais, a criação de uma dependência comunitária na ONG a qual passa a tutelar a comunidade que pode se acomodar.

Importante lembrar que os impactos negativos e positivos têm a mesma origem, a depender da condução dos trabalhos, com potencial desestruturador ou estruturador da comunidade. A mudança produzida nas comunidades é intensa, sejam elas mudanças tidas como benéficas ou não, de acordo com quem as analisa. No tocante aos impactos concretos do turismo, a contribuição dos debates está na intervenção e problematização das ações que incidem nos territórios onde ele é praticado, com o potencial de transformar as populações locais em sujeitos atuantes e inseridos na construção de pactos sociais e políticos para a conservação dos recursos naturais. Além disso, investimentos em qualificação profissional para a gestão dos mesmos, inserção no mundo global, acesso a bens econômicos e culturais e o fortalecimento de identidades, seriam metas para sair do plano discursivo e criar condições emancipatórias.

Segundo Campos (2006) as transformações socioambientais pautadas nas interações, ocorrem em todos os sentidos para os sujeitos envolvidos nos processos conflituosos. Assim os agentes externos, tais como as ONGs, influenciam e são influenciados. Criam-se tendências diversas de mudança, que podem resultar na manutenção e abandono de práticas locais de manejo dos recursos.

No turismo é muito comum observar mudanças significativas na percepção das comunidades de moradores, quando estas passam a conviver com diferenças, aceitando posturas totalmente contrárias às suas, valorizando determinadas paisagens e aspectos das culturas locais, correndo sempre o risco de folclorizá-las, criando ou tirando sua autenticidade, alterando radicalmente seus modos de vida e a chamada “Alma do Lugar” (YÁZIGI, 2001).

Talvez seja por conta da questão empresarial que as experiências recentes de turismo ainda não avançaram em direção à sustentabilidade. Dirão os técnicos, que, com capacitação e tempo, as comunidades se adaptarão. Dirão as comunidades e algumas ONGs, que, por conta dessa racionalidade, perde-se a sua essência, não só “atrativa” as olhares dos turistas,

como no funcionamento e reprodução social e cultural comunitária, que, a longo prazo, inviabilizariam o turismo.

Essa tão propagada vertente empresarial recomendada às comunidades locais pelas ONGs que as assistem, na verdade, constitui a grande falácia das próprias ONGs, das nacionais às transnacionais. Como então impor essa racionalidade sabendo que ela pode ser uma das causas principais do fracasso das iniciativas de turismo nas ONGs melhor estruturadas?

Essa dificuldade é muito maior para a comunidade, correndo-se o risco de interpretações preconceituosas por parte dos técnicos das ONGs ou realistas, dependendo do caso, quando argumentam sobre as dificuldades que estas podem ter em assimilar a lógica e a racionalidade por eles proposta. Esta lógica pode não fazer sentido aos comunitários, os quais, podem já ter experimentado dela e a descartado. Podem, inclusive, ter tido ou conhecido experiências ruins que conduziram à constatação de que preferem outro tipo de lógica, ou a sua própria, em detrimento da que está sendo proposta pela ONG. Isso é muito comum em destinos turísticos destruídos pelo enorme impacto social e ambiental e que servem de maus exemplos às comunidades que passam a temê-los.

Muitas ONGs tutelam comunidades e, pode ocorrer que a tutela esteja vinculada a uma insegurança da própria ONG com relação à capacidade da comunidade em ser sustentável. Isso pode ter base real, concreta, ou preconceituosa, ou ainda, estar preso a interesses das ONGs proponentes que, mediante a tutela, poderão continuar trabalhando e sobrevivendo. As vezes a manutenção da tutela se justifica em razão da avaliação da ONG ou de seu financiador, do não atingimento das metas propostas e mensuradas através de indicadores nem sempre eficientes, inteligentes ou adequados à situação local, conduzindo à resultados questionáveis. Exemplos disso é o ato de calcular somente ganhos financeiros que, devido aos altos investimentos que o turismo exige, podem demorar a aparecer. Medir somente uma variável pode significar abandonar ganhos maiores, dependendo do ponto de vista, como quando se observa que, através dos projetos de turismo, houve a politização e organização crescente da comunidade ou outros ganhos relevantes que não são levados em conta, taxando o projeto de mal sucedido e a comunidade, muitas vezes, de incapaz. Neste sentido, muitos projetos são abandonados, antes do tempo, pelas ONGs por interrupção do financiamento de seus patrocinadores, preocupados somente com uma dimensão do projeto, no caso, o retorno econômico do investimento.

Isso tudo pode conduzir à perda da dimensão socioambiental ou simplesmente ao fim dos projetos em andamento, sem levar em conta sua amplitude e as consequências mais brandas, menos perceptíveis ou, até uma compreensão limitada do potencial educacional e irradiador das iniciativas a despeito do seu custo imediato. Também não considera os conflitos novos e, muitas vezes extremamente complicados, com potencial desestruturador da comunidade.

Ainda prevalece nas ONGs uma visão muito limitada de turismo e de sustentabilidade. Obras mais convencionais que remetam ao turismo de massa, como por exemplo fazer piscinas ou outros equipamentos de lazer, podem ser uma imposição de uma lógica de mercado a uma atividade que pode superá-la e ainda assim ser sustentável. Isso, claro, quando se aposta nas consequências de um fazer que rume a uma mudança de visão de mundo e atitudes que esta prática, realizada de forma original, sem abrir mão de seus princípios, pode propiciar.

Devido ao condicionamento cultural pode-se exigir certo padrão de conforto e segurança; mas é preciso tomar cuidado para que isso não mascare, não encubra o medo de experimentar outras possibilidades de

viver e de pensar. É preciso que o Ecoturismo deixe de “preparar” os locais para receber o visitante e passe a preparar o visitante para conhecer os locais. O ecoturista que for educado a compreender e conviver com a diferença saberá reconhecer a riqueza dessa experiência (MENDONÇA; NEIMAN, 2002, p.170).

Essa visão estritamente comercial é a que pode culminar em uma postura idêntica à do mercado, identificada como turismo de massas, e que pode levar ao fracasso da atividade, e, como conseqüências trazer uma marca de desilusão para com a área, desnecessária. Do ponto de vista do turista, que irá se refletir no preparo da atividade pelas ONGs e comunidades:

Muitas vezes, um atendimento comumente considerado como “de qualidade” pode tornar a experiência do visitante totalmente previsível. Uma pousada com televisão e frigobar no quarto, um guia muito bem treinado, bem vestido e bem equipado, constituem serviços de qualidade como se espera que sejam, em qualquer lugar. Mas, se o visitante não sabe o que significa entrar em contato com a alma do lugar fica sem poder desejar essa experiência (MENDONÇA; NEIMAN, 2002, p.170).

Esta opção, de arriscar e propor vivências diferenciadas, não como um novo segmento ou nicho do mercado turístico, mas como uma recuperação original do seu sentido, não foi bem sucedida nos projetos conhecidos de ONGs atuantes com o turismo, o que demonstra que a aposta no turismo tido como sustentável tem que ser mais arrojada e fiel aos seus preceitos, sob pena de ser identificada com as contradições e problemas enfrentados pelo mercado. Assim, não haveria distinções entre as preocupações e possibilidades de atuação de ONGs, do *trade* turístico e do poder público.

A face mercadológica aparece como uma incoerência, ou, evidencia o fato de que a conservação ambiental é a prioridade, e, a aposta no turismo, feita tão somente em função dela, por ONGs estritamente conservacionistas, está condenada ao fracasso, ou, que algumas conquistas importantes no que tange ao turismo e educação ambiental, podem ser desconsideradas ou bem menos prioritárias.

Além da concorrência com o mercado, a disputa entre as próprias ONGs gera uma série de novos problemas, tais como disputas por verbas para capacitar comunidades, capacitação sem estudos de demanda, frustrando os formados que ficam desempregados depois de tantos esforços. As ONGs nem sempre consideram o momento, o ritmo e os aspectos culturais das comunidades em sua busca por autonomia, liberdade, participação e uso dos recursos. Seus projetos, questionados em sua legitimidade, podem acirrar disputas preexistentes.

As comunidades, muitas vezes, têm dificuldades em compreender o tempo dos projetos, e, como muitos demoram para serem implementados, ou até para serem negociados junto às comunidades, de forma realmente participativa, as mesmas tendem a se desiludir e desacreditar do projeto e da ONG. Este aspecto, no caso de pequenas ONGs, que de fato queiram implementar projetos negociados, participativos, pode ser fator crucial para a sobrevivência da parceria e o fim dos projetos propostos.

Outro fator crucial para acirramento dos conflitos é o desconhecimento de como superar as barreiras culturais para que ocorra diálogo produtivo para todos. Estudo de Rabinovici (2009) mostrou

que seus entrevistados foram unânimes em citar os limites e as diferenças dos atores locais em trabalhar questões técnicas e mercadológicas do turismo. As comunidades são capacitadas, mas, por mais que o sejam, geralmente os membros das ONGs não esperam que absorvam tudo, se equivalham aos mestres ou os superem. Há um limite claro do quanto se esperar das comunidades e que permita que a parceria seja duradoura ou permanente.

Mais motivos para o acirramento de disputas e conflitos são a questão financeira e de poder (inter-relacionadas) resultante da proximidade de membros da comunidade com as ONGs, especialmente dos comunitários que participam mais ativamente nas ONGs. Outro ponto de tensão são as diferenças de visões e técnicas provenientes da interação entre ONGs, comunidade e turistas, especialmente diante da fragilidade comunitária e da imposição de novos pontos de vista e estilos e modos de vida distintos.

O incremento na renda de alguns comunitários envolvidos com o turismo, em detrimento de outros não aptos e/ou não interessados na atividade também pode resultar em grave problema, especialmente quando oferece condições desiguais de emprego e renda, criando novas desigualdades, dando maior espaço para jovens e mulheres, realçando diferenças históricas de servidão, de raça ou outros, como é comum no turismo.

Entre os impactos diretos ou indiretos do turismo e com grande potencial conflituoso percebidos por Peralta (2005) em Mamirauá (AM) estão: as novas fontes de renda incentivando a permanência da população na área rural, bem como o crescimento populacional e migração de retorno o que, fará com que aumente a pressão pelos recursos naturais e por isso há que se atentar por construir novas políticas de ocupação. A autora também constatou abalo nas relações de poder e intensificação da estratificação social entre as unidades domiciliares na medida em que são produzidas novas formas de hierarquia e fontes de poder na comunidade. Esta situação muitas vezes culmina em processos de resistência ao turismo.

Peralta (2005) ressalta os possíveis impactos positivos que a atividade turística pode ter. Afirma que ela pode vir a ser um incentivo à conservação dos recursos naturais somente caso os moradores percebam na proteção dos recursos uma forma de geração de benefícios econômicos. Isso já ocorre em Mamirauá (AM), através de decisões comunitárias pautadas na socialização das perdas e dos ganhos da atividade, no envolvimento de todos direta ou indiretamente no monitoramento e no controle das atividades e no incentivo ao diálogo entre os saberes locais e os técnicos-científicos sobre a conservação ambiental e o turismo.

A mesma questão é apontada por Born (2002) quando insiste que comunidades que vivem em APs ou no seu entorno devam receber compensação por serviços ambientais:

Atividades como Ecoturismo ou agricultura orgânica ou em sistemas agro-florestais ainda não remuneram a população local, pois a sociedade em geral não quer pagar um preço justo por mercadorias e serviços que são oferecidos com o custo de proteger o ambiente, os monumentos históricos, a cultura e a paisagem (BORN, 2002, p.53).

A dependência da comunidade em relação à ONG e também do turismo, sendo a primeira teoricamente temporária e o segundo sazonal, pode trazer enormes problemas e desestruturação à comunidade local. Muitas vezes a dedicação exclusiva ao turismo pode se revelar como um dos piores impactos, pois pode incorrer no abandono de outras práticas geradoras de renda ou de

subsistência, como no caso de pescadores que deixam de investir ou até de conhecer a atividade em função dos ganhos imediatos que o turismo pode provocar. Uma questão citada por Rabinovici (2009) é a aposta ou priorização equivocada de temas menos importantes ou até sem sentido para as comunidades.

Na medida em que os financiadores apoiam somente sob determinadas condições, muitas vezes são realizados projetos para atender aos editais e financiamentos que nada tem a ver com as demandas e interesses comunitários, ao menos os mais imediatos. Muitas vezes, caminhos iniciados pela comunidade são abandonados em função de outros menos interessantes ou, existe a possibilidade de que os projetos das ONGs consigam maior visibilidade do que os locais. Estes projetos ou experiências interessantes locais, comumente, são citados pelas ONGs como ineficazes e ruins de modo a justificar os financiamentos, ofendendo sobremaneira a atuação e minimizando as conquistas dos comunitários, garantindo até prêmios para a ONG em cima de projetos “comunitários” desconhecidos pela comunidade. Assim como impertinentes, há os projetos equivocados, apenas de interesse da ONG e não da comunidade, formatados para receber verbas. No entanto, mesmo assim, o comum é que as ONGs tenham o *status* de salvadoras. No turismo promovem uma espetacularização em seus afazeres, tão superficial como a promovida pelas agências de turismo, deixando a cargo do *marketing* as maiores responsabilidades.

Cabe às ONGs pactuar com comunidades, envolvê-las e serem envolvidas, não impor seus projetos sem anuência e real participação comunitária, deixando claro para todos, de que novos conflitos surgirão, de modo que o empoderamento e a possibilidade de lidar com eles de forma equilibrada, em termos de poder, são fundamentais. Nem as ONGs, nem o turismo constituem salvação para todas as mazelas das comunidades. Ao contrário, podem ser muito complicados somente por aparentarem ser a salvação. Causam todo tipo de impacto até quando nada de concreto é realizado, tal como os grandes projetos desenvolvimentistas ao serem anunciados, porém em uma escala espacial menor.

As ONGs ambientalistas são muito diferentes entre si, porém, ao decidirem trabalhar com turismo precisam estar cientes dos limites a serem encontrados ao proporem a conexão entre realidades muito diferenciadas e ao exporem comunidades à sonhos e projetos complexos e que mexem muito com o cotidiano e orientação da sociedade. Comunidades e sociedade civil como um todo estão, de certa forma, cada vez mais mobilizadas para não aceitar projetos e políticas públicas vazias e anseiam por conhecimentos e soluções que possam ser compartilhados. Nesse sentido, ONGs são potenciais parceiras, caso estejam abertas ao diálogo, pois as comunidades, cientes de sua força, têm a opção de buscar outros parceiros, sejam eles outras ONGs, empresas, brasileiras ou de fora, e governo.

De toda forma, consideramos muito especial o início do século XXI: vinte anos do auge do ambientalismo no Brasil e de experiências diversas em turismo tido como sustentável, para resgatar as trajetórias percorridas pelas ONGs e comunidades em suas tentativas relatadas de promoção de um turismo sustentável e participativo. Estas já contam com certo volume de história passível de ser avaliado, repensado, reorientado, especialmente quando se sabe do potencial que as ONGs têm para enfrentarem todos os percalços e mudanças conjuntamente. Ainda há muito a realizar nas áreas onde ocorre o turismo e, apesar da quantidade crescente de conflitos, os mesmos têm orientado mudanças importantíssimas que poderão levar a um salto qualitativo em seu conjunto de práticas e concepções. Somente a ação dos vários atores sociais organizados na busca de melhorias e ideais é que comporá um quadro capaz de reorientar a formação política, ambiental, tecnológica e mercadológica.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS/SUGESTÕES PARA AVANÇARMOS NA REFLEXÃO

Os casos estudados por Rabinovici (2009) exemplificam a emergência de novos conflitos nas localidades nas quais há atuação das ONGs com turismo. De toda forma é quase impossível saber o que ocorreria caso as ONGs não estivessem presentes, além da impossibilidade de se isolar a influência exclusiva delas das demais possíveis fontes de impacto, como a mídia e a globalização.

O Ecoturismo, assim como um cavaleiro do apocalipse, não cavalga sozinho como anúncio de modernidade, mas vem junto a outros cavaleiros, como os movimentos sociais, a comunicação em massa e a urbanização (PERALTA, 2005, p.188-189).

Estes exemplos também revelam uma repetição constante de discursos, falas, estratégias em comunidades muito distintas em uma tentativa de se criar uma unidade capaz de articular, ordenar, organizar um aparato teórico de experiências bem sucedidas dentro de uma heterogeneidade de comunidades e de ONGs. Não há a possibilidade de unidade em terrenos e identidades tão diferentes. A própria tentativa de que haja consenso, por si, constitui elemento para criar ou acirrar conflitos. A imposição de estratégias únicas, a batalha pela sobrevivência e sucesso dos projetos, comunidades e ONGs são fatores iniciais cruciais para os confrontos e sucessos das parcerias e projetos.

Por parte das ONGs há uma tentativa de produção de um arsenal teórico-prático único, orientado por influências, muitas delas, provenientes de fora do Brasil, com insuficiente adaptação à nossa realidade, mas fortemente identificadas com o momento histórico de aposta no turismo como uma das únicas formas de conservação de áreas protegidas.

É desse momento histórico internacional também que se constroem e se começa a praticar noções de autonomia comunitária, empoderamento e participação. A origem de todas estas práticas se deu nos diversos movimentos sociais da década de 1970 e 1980, que, combinados com a crescente profissionalização das ONGs, a partir da década de 1990, refletiram sobremaneira nas experiências citadas. Isto pode ser observado nas modificações dos critérios e formatos de financiamento e de novos indicadores pelas agências financiadoras. O turismo, a participação comunitária, a emancipação, a sustentabilidade são todos elementos com forte cunho simbólico e fantasioso, que resgatam o discurso da utopia, tanto em sua construção, como, ao contrário, por sua desconstrução. No caso da desconstrução, estas práticas funcionam como mais um elemento que comprova o fim das utopias (JACOBY, 2007) já que está repleto de exemplos de tentativas mal sucedidas, ingênuas e impossíveis de se tornarem realidade. Passa a somar às demais justificativas para o fim das utopias, como a própria crise ambiental, a civilizatória e a desenvolvimentista.

Em um momento de necessidade identificada de mudanças nas características dos financiamentos e nos indicadores, sendo as ONGs grandes pulverizadoras de projetos e influenciadoras de políticas públicas, uma reflexão como a provocada aqui, com indicativos propositivos ainda a serem testados, revela-se oportuna.

Essas experiências são concomitantes a um período no qual a profissionalização das ONGs é parte de um projeto de criação de suas identidades, da sua sobrevivência, com ONGs internacionais atuando no Brasil, com suas necessidades de reconhecimento e aceitação através de um processo de ‘abrasileiramento’. Muitas ONGs internacionais buscaram uma identidade brasileira, com uma

legitimação de discursos (LYRA, 2005).

O não questionamento dos indicadores que dialogam diretamente com as linhas de financiamento, repetitivos, pouco eficazes e nem sempre pertinentes, especialmente quando aplicados pela própria comunidade, acostumada a monitorar impactos de forma mais intuitiva deve ser revisto, por técnicos e comunidades. Os manuais, idem: são esperados por todos como receita de felicidade e sobrevivência, mas por sua abrangência, acabam dizendo pouco a cada uma das realidades que os utiliza e tenta aplicar. Assim, acabam abandonados pelos comunitários antes de testados, ou, logo após a saída das ONGs ‘de fora’. A trajetória das ONGs é fortemente influenciada pelos financiadores, que impõem as condições para o fornecimento dos aportes financeiros e, a partir do estabelecimento das condições, as ONGs montam seus projetos nos diversos cantos do planeta. Além disso, ao serem dependentes dos financiadores ficam sujeitas, tanto ONGs como comunidades, às diversas crises internacionais, dado que torna vulnerável qualquer projeto.

Tendo como base que a autonomia buscada pelas comunidades deve ser a mesma desejada para as ONGs, estas devem dialogar com os financiadores a respeito da necessidade de uma revisão geral dos critérios de repasse de recursos financeiros, dos prazos, estratégias e indicadores, apostando mais um pouco na ideia do turismo como potencial fonte de conservação dos recursos naturais e culturais de diversas comunidades, ao invés do abandono da prática no Brasil, conforme observado por Rabinovici (2008) no que se refere à grandes ONGs transnacionais que, no Brasil deixaram de atuar e apostar no turismo, como se no Brasil não tivéssemos potencial para a atividade.

Na medida em que houve avanços e ainda há claro potencial de mudança, mesmo a partir dos novos conflitos criados, muitos ainda desconhecidos ou pouco analisados pelas próprias ONGs, comunidades e financiadores, há que se buscar o ideal maior das ONGs. Este ideal ultrapassa o tema deste estudo, o turismo, e deve ser ampliado em direção aos ideais de mudança política, cidadania, justiça...

Deste modo, as experiências relatadas e pensadas por Rabinovici (2009) têm potencial de refletir noutros campos e contextos e de se constituírem enquanto temas para reflexões e propostas e conduzir a mais algumas questões e provocações, tais como:

1- Com o crescimento constante do seu poder de influência, através da criação de arenas participativas ampliadas, as ONGs ambientalistas podem promover aumento quantitativo e qualitativo no debate das questões ambientais. A visibilidade e o maior poder de influência evidenciam algumas fragilidades das ONGs no tocante à legitimidade de atuação e representatividade. Tal problematização conduz ao questionamento da própria existência e da gestão das ONGs. Quais seriam então os limites reais de atuação das ONGs?

2- A visibilidade das ONGs na arena ambiental, através do apelo que estas têm na sociedade e, pela insuficiente cobertura por parte do aparato estatal, faz com que haja enorme expectativa recaindo sobre elas, ao mesmo tempo que abundam críticas dos demais atores interessados. No entanto, as ONGs carecem de poder e de forças coercitivas e por isso trabalham orientadas pela busca de consensos em torno das suas bandeiras de luta e programas, por meio da influência.

Para alcançar seus objetivos precisam estar em evidência e prontas para mediar e/ou conduzir projetos e destinos comunitários/turísticos.

Haverá interação, formação de arenas específicas. Alguns resistirão, outros aderirão aos projetos e à sua lógica, total ou parcialmente. Todo esse movimento pressupõe aprendizado comum, avaliação permanente e flexibilidade para mudanças. Pressupõe também o empoderamento de todos. Comunidade empoderada prescinde de ONGs, pode ter suas próprias associações locais. Essa é a lógica e seria a tendência, não fossem opções de poder e permanência de algumas das ONGs, poder este exercido através de tutelas providenciais, as quais contradizem a sua missão emancipadora, como o exposto anteriormente.

Assim tem sido: concomitantemente assistimos à práticas e propostas contraditórias, aprendizado social, críticas construtivas e destrutivas, novos atores sociais e formatos de organização comunitária, em torno de velhos modelos de turismo, vestidos com novas roupagens. As novas formas de poder que aparecem na contemporaneidade extrapolam as teorias de autoridade e legitimidade de Weber. Há que se incorporar a elas novas possibilidades de autoridade e legitimidade, provenientes do embasamento racional, revestido de legalidade formal e ancorados na dramática situação ambiental do planeta a qual demanda autoridades fortes e capazes de dar respostas rápidas e convincentes aos graves problemas contemporâneos.

Assumidos estes desafios, as ONGs passam a ter legitimidade perante a sociedade, balançando os atuais eixos de poder. Empoderadas, dotadas de legitimidade, mesmo que questionadas por tantos, precisam influenciar a sociedade para operar as mudanças por ela definidas.

O que acontecerá caso as ONGs consigam poder e isso em grande escala? Haverá solução dos problemas ambientais? Haverá sustentabilidade? Democracia? Superação de interesses conflitantes? Como são questões que envolvem poder e influência, é necessário que haja muita experiência acumulada, reflexão e abertura para críticas. São abundantes os interesses divergentes envolvidos, ambiguidades, contradições e conflitos.

O turismo põe em destaque outros modos de vida. Apresenta e os divulga ao mundo. Terão os comunitários o desejo, a ambição e o poder de influenciar o resto da sociedade? Especialmente enquanto comunidades remotas e facilmente convertíveis ao projeto moderno apresentado pelas ONGs? Será que há sensibilidade das ONGs a esta questão? Terão as novas arenas, sociais e políticas, o potencial de se construir pactos e acordos respeitosos, destacando a manutenção das diferenças? Quais serão as ferramentas e metodologias para que isso ocorra?

O caminho percorrido, as arenas formatadas, os atores amadurecidos, empoderados, os conflitos estabelecidos, poderão traduzir-se em novas tendências de participação, de turismo, de sustentabilidade, sem a perda das especificidade de cada um dos envolvidos, tal como acontece em um encontro de alteridades? Poderão subverter a lógica dominante? Colonizar os colonizadores em um processo inverso de exotização, tal como descrito por Sahlins (1997)?

Será que teríamos muitos opositores a um projeto mais radical e transformador de turismo? Quais seriam estes? As ONGs mais radicais podem provocar menos críticas do que as que se adaptaram ao neoliberalismo... a maioria das críticas mais exacerbadas, as que inclusive primam pelo tom conspiratório, são dirigidas exatamente às ONGs inseridas na lógica mercantil, confundidas com empresas, prestando serviços de governos, criticadas inclusive por outras ONGs... Às pequenas ONGs, tidas como radicais e revolucionárias são esquecidas pela comunidade, ou, de vez em quando, criticadas pela incompetência em não funcionarem profissionalmente, por seu caráter quase folclórico, seus ecochatos, militantes de esquerda, desempregados e inofensivos...

As pessoas amedrontadas com o futuro do planeta, sentindo falta da natureza, do prazer e do

contato possível de ser trabalhado pelo turismo fariam oposição a um projeto coerente de turismo que busca a sustentabilidade?

Este turismo, à medida que conseguir afrouxar os ditames e sua dependência do capitalismo, qual forma assumiria? Quais os tipos de pactos e atores necessários para tanta ousadia? Quantos novos conflitos precisaremos ter?

De toda forma necessitamos observar atentamente a reação que já se observa por parte dos comunitários em relação aos projetos que os assistem. Seus interesses próprios vão sendo lapidados, amadurecidos, e, muitas vezes, opções como a de receberem projetos de cunho assistencialista são conscientes e livres.

A liberdade, as escolhas comunitárias e a melhoria da qualidade de vida (de acordo com os critérios de qualidade de vida de quem os vivencia) seriam os indicadores mais adequados para se avaliar o impacto das atividades em turismo, das ONGs sendo que:

a dimensão principal da avaliação das mudanças e dos papéis das mudanças em termos de melhoria de qualidade de vida deve ser em termos das capacidades dos indivíduos para levarem adiante seus planos de vida, ou seja, o grau de possibilidade que os indivíduos possuem em uma sociedade para escolher entre estratégias de vida. No caso das comunidades em questão, o Ecoturismo foi um instrumento da mudança que proporcionou aos moradores da área uma alternativa de escolha em resposta a ela: resistir, mudar ou moldar na forma que lhes convier. Isto é, a mudança em si é menos relevante do que a capacidade da comunidade e dos indivíduos de identificar e conduzir os caminhos que querem percorrer em resposta a estas mudanças: migrar para cidade ou não, trabalhar ou não, vender ou não, separar-se ou não, plantar ou não, pescar ou não. Existem escolhas que devem ser feitas. Para isso as comunidades devem continuar detendo o poder de decisão de seu próprio destino. Quando o Ecoturismo intensifica as capacidades da comunidade de escolher entre estratégias de vida, contribui para sua qualidade de vida (PERALTA, 2005, p.189).

Muitos praticantes, pensadores e proponentes de ONGs, acreditam no potencial revolucionário do turismo tido como sustentável e partilham isso com comunitários, ou, têm a certeza de que está nas mãos deles a mudança, por isso também as expectativas são grandes e os cuidados redobrados. Há que se evitar, em cima da experiência já acumulada, colocar em prática esboços de projetos fadados ao fracasso por causa dos mesmos erros passados. Tanta projeção e expectativas necessitam de criatividade, autonomia, liberdade e ousadia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- . BORN, Rubens Harry (2002) “Compensação por serviços ambientais: sustentabilidade ambiental com inclusão social”. In: BORN, R. H. *Et all.* (Org.) *Diálogos entre as esferas global e local: contribuições de organizações não-governamentais e movimentos sociais brasileiros para a sustentabilidade, equidade e democracia planetária*. São Paulo: Peirópolis, pp. 49-66.
- . CAMPOS, Simone Vieira de (2006). *A Influência de Atores Externos no Manejo de Recursos Naturais no Parque Nacional do Jaú, AM*. {CD} Anais do IIIº ENANPPAS - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, Brasília, DF.

- . JACOBY, R.. (2007) *Imagem Imperfeita: Pensamento Utópico para uma Época Antiutópica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- . LAVINI, Carolina (2002) *Ecoturismo e Terceiro Setor: atuação de ONGs ambientalistas do Estado de São Paulo*. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (Graduação em Turismo). Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes - USP, São Paulo.
- . LYRA, Carla (2005) *Ação política e autonomia: a cooperação não-governamental para o desenvolvimento*. São Paulo: Annablume; Terre des Hommes Suisse, 156.
- . MENDONÇA, Rita; NEIMAN, Zysman (2002) “Ecoturismo: discurso, desejo e realidade”. In: NEIMAN, Z. (Org.). *Meio Ambiente, Educação e Ecoturismo*. Barueri: Editora Manole, 190p..
- . PERALTA, Nelissa Bezerra. (2005). “Os ecoturistas estão chegando - Aspectos da Mudança Social na RDS Mamirauá, AM”. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). UFPA, Pará.
- . RABINOVICI, Andrea. *Organizações Não Governamentais e Turismo Sustentável: trilhando conceitos de participação e conflitos*. 2009. 340 p. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) - NEPAM – UNICAMP, Campinas, SP. Esta tese pode ser consultada em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000465869>
- _____(2008). “Organizações Não Governamentais, comunidades e turismo na Amazônia brasileira: conflitos e sustentabilidade”. {CD} ST 1 - População Tradicional, Cultura e Conflito. Anais do Seminário Internacional Amazônia e Fronteiras do Conhecimento. Universidade Federal do Pará (UFPA), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Belém, PA, de 09 à 11 de dezembro de 2008.
- _____(2008a). “Organizações não Governamentais e Turismo trilhando os conceitos de participação e sustentabilidade”. {CD} Anais do IIº Seminário Internacional de Turismo Sustentável 2008. Local: Fortaleza – CE, junho de 2008c.
- . RABINOVICI, Andrea; LAVINI, Carolina. (2005). “ONGs: ecos de um Turismo Sustentável”. In: . MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. (Orgs.). *Ecoturismo no Brasil*. São Paulo, Ed. Manole, pp. 105-130.
- . RABINOVICI, Andrea; FERREIRA, Lúcia da Costa (2008) “Organizações Não Governamentais e Turismo Sustentável: participação e conflitos”. {CD} **Anais IVº ENANPPAS** - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, Brasília, DF, 2008. CD Room “Mudanças Ambientais Globais: a contribuição da Anppas ao debate. Brasília, junho de 2008.
- . RAHNEMA, Majid (1992). “Participation”. In: SACHS, W (Org.). *The development dictionary*. Zed Books Ltd. Londres.
- . SAHLINS, Marshal. (1997). ”O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte II)”. *Mana* vol.3 n.2 Rio de Janeiro Oct. 1997. Pp. 103-150. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000100002&lng=en&nrm=i
- . SERRANO, Célia Maria Toledo. (2005). “Uma introdução à discussão sobre turismo, cultura e ambiente e A vida e os parques: proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em Unidades de Conservação. In: SERRANO, C.M.T.; BRUHS, H.T. (Org.). *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. 7 ed. Campinas: Papyrus, 2005, pp. 11-26 e pp. 103-124
- . WEST, Paige; IGOE, James; BROCKINTON, Dan. (2006). “Parks and peoples: the social impact of protected areas”. *Annu. Rev. Anthropol.*, 35:251-77. Acessado em 16/01/2009 a partir do arjournals.annualreviews.org by CAPES.
- . YÁZIGI, Eduardo. (2001). *A alma do lugar: Turismo, planejamento e cotidiano*. São Paulo, Contexto.